

PROBLEMAS DA AGRICULTURA BRASILEIRA E SUAS CAUSAS

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Journal of Inter-American Studies, 6 (1),
janeiro 1964: 43-55.

Em um momento em que se discute, de forma intensa, a respeito da necessidade e dos meios de se executar um programa de reforma agrária no Brasil, torna-se importante analisar de uma forma ampla os principais problemas da agricultura brasileira e suas causas. A necessidade de uma reforma agrária e a extensão e profundidade que a mesma deverá ter dependerá do grau de inadequação da estrutura agrária do país. Quanto mais as deficiências estruturais constituírem-se em causa das dificuldades que hoje enfrenta a agricultura brasileira, maior será a necessidade da reforma agrária, e mais radical deverá ser ela.

Neste artigo, limitar-nos-emos a discutir os principais problemas da agricultura brasileira – sua baixa produtividade, o uso distorcivo da terra, a existência de extensas áreas não aproveitadas, o desemprego, a produção insuficiente, o baixo nível de vida do homem do campo, a transferência para os intermediários de parte da renda que lhe é devida – e a relacionar tais problemas com suas causas de natureza econômica, técnica e estrutural.

Principais problemas da agricultura brasileira

Um primeiro e fundamental problema da agricultura brasileira é que sua produção não tem crescido na medida das necessidades do desenvolvimento econômico nacional e do correspondente aumento do consumo interno de produtos agrícolas, particularmente de gêneros alimentícios. Como é normal na fase de desenvolvimento em que o país se encontra, a taxa de desenvolvimento da indústria tem sido superior à da agricultura. Mas a diferença tem sido

excessiva. Enquanto a taxa média do crescimento da indústria, entre 1947 e 1961, foi de 9.6% ao ano, a taxa correspondente para a agricultura foi de 4.6%.¹ A indústria, portanto, cresceu a um ritmo mais de duas vezes superior ao da agricultura. Como principal resultado desse desequilíbrio, verificou-se um déficit na produção de alimentos em relação ao aumento da renda *per capita* e ao crescimento da população, entre 1953 e 1959, de 15.2%, conforme demonstra o Quadro I. Mesmo que admitamos que o coeficiente entre o aumento da renda *per capita* e a procura de alimentos é menor do que 1 (0.6, por exemplo), o que é certo para os alimentos de primeira necessidade, a oferta de alimentos ainda seria insuficiente.

Quadro I

Aumento da produção de alimentos, da população e da renda per capita (%)

Anos	Produção de alimentos p/ o mercado interno	População	Renda <i>per capita</i>	Saldo ou déficit
1953/54	+ 9.3	+ 2.4	+ 4.5	+ 2.4
1954/55	+ 4.5	+ 2.4	+ 1.4	+ 0.7
1955/56	- 0.4	+ 2.5	+ 2.3	- 5.2
1956/57	+ 9.7	+ 2.5	+ 6.9	+ 0.3
1957/58	- 4.4	+ 2.5	+ 4.8	- 11.7
1958/59	- 3.9	+ 2.5	+ 2.7	- 1.3

Fonte: *Desenvolvimento e Conjuntura*, novembro, 1960

Distorções na Utilização da Terra

Um segundo problema que a agricultura brasileira apresenta reside nas distorções verificadas na utilização da terra. Esta foi ocupada sem nenhum plano. E o nosso mercado, extremamente imperfeito, nunca foi capaz de, por si só, determinar uma utilização adequada da terra. Assim, temos distorções, em nosso sistema de produção agrícola, derivados diretamente de desequilíbrios entre a oferta e a procura. O caso mais gritante nesse sentido é o do café. Enquanto nossa produção de alimentos para consumo interno é deficitária, nossa produção de café excede de longe nossas possibilidades de consumo e exportação, causando

¹ Cf. *Revista Brasileira de Economia*, março de 1962.

inclusive a queda dos preços internacionais. Temos também distorções caracterizadas pelo uso de terras para determinadas culturas, quando outras seriam mais úteis naquele local. É o caso da cana de açúcar na Zona da Mata, no Nordeste, que, apesar de sua baixa produtividade, e de seu baixo índice de sacarose, ocupa todas as terras aproveitáveis da região, impossibilitando a produção de produtos alimentícios de consumo local. É o caso do café plantado em regiões inadequadas do Paraná, extremamente sujeitas a geadas. É o caso do gado engordado em certas regiões de São Paulo, que poderiam ser muito melhor aproveitadas por outras culturas. Veremos mais adiante que estas e muitas outras distorções estão intimamente ligadas à estrutura defeituosa da economia agrária brasileira.

Baixa Produtividade

Um terceiro problema, de importância fundamental, apresentado pela agricultura brasileira, reside em sua baixa produtividade. Esta é baixa tanto por homem quanto por área. O rendimento da agricultura brasileira, seja relacionando-se a produção com o número de homens empregados, seja com a terra utilizada, é muito inferior a dos países desenvolvidos e mesmo à produtividade das culturas de altos países subdesenvolvidos. Este fato pode ser observado através dos dados do Quadro II, que mostram a produtividade per hectare de três produtos da importância do arroz, da batata inglesa e do tabaco. É claro que há países em situação pior do que a nossa.

O que o quadro II demonstra é o quanto podemos ainda aumentar nossa produtividade, simplesmente para atingir o nível já alcançado por outros países.

Quadro II

Produtividade comparada de algumas culturas (kg. per hectare)

País	Produto		
	Arroz	Batata inglesa	Tabaco
Brasil	1,500	5,550	760
Estados Unidos	3,430	19,700	1,640
Japão	4,810	—	2,000
Canadá	—	16,000	1.380

Fonte: Benjamin Higgins, *Economic Development* (New York: W.W.Norton, 1959), pg. 16, e *Desenvolvimento e Conjuntura*, novembro de 1960, p.134-35.

Mas se a produtividade é baixa, se o rendimento da terra e dos homens empregados nela é insuficiente, tem a situação melhorado? E a melhoria da produtividade vem ocorrendo a um ritmo adequado à taxa de desenvolvimento econômico do país?

Em relação ao aumento da produtividade por área plantada tivemos um aumento muito pequeno. Enquanto a produção agrícola, em termos físicos, aumentava a uma taxa de 5.1% ao ano, entre 1952 e 1961, a área cultivada crescia a uma taxa apenas um pouco menor, de 4.1%.² Alguns produtos viram sua produtividade diminuir, como foi o caso do cacau e do trigo; outros apresentaram ganhos de produtividade, como o café, o amendoim, o algodão, a batata inglesa e a cana de açúcar. Já em relação à produtividade da mão-de-obra agrícola, a situação apresentou-se melhor. Entre 1950 e 1960, a produtividade cresceu 27%.³ Tal crescimento, se comparado com o aumento da renda *per capita* brasileira no mesmo período, de 30%⁴, pode ser considerado razoável.

Terras não aproveitadas

Um quarto problema, da maior importância, que aflige a agricultura brasileira, refere-se à extensão das áreas não aproveitadas. A simples observação de quem viaja pelo interior do Brasil comprova este fato. Mesmo nas proximidades de grandes centros urbanos, encontramos extensas áreas incultas. O levantamento da utilização da terra realizado pelo Censo de 1950 (os dados do Censo de 1960 a respeito ainda são incompletos) nos informa que apenas 8.2% das terras produtivas brasileiras são cultivadas; 46.4% das terras são cobertas por pastagens. A desproporção entre as terras utilizadas para a agricultura e a pecuária é gritante, revelando que a ocupação de tão extensas áreas por pastagens é apenas nominal. O gado, mesmo adotando-se técnicas extensivas de criação, não necessita de tantas terras. Somando-se às áreas utilizadas por lavouras e por pastagens aquelas cobertas de matas (24.1%), teríamos apenas 14.8% das terras produtivas brasileiras incultas, o que é um dado enganador. Provavelmente seria mais correto incluir, entre as áreas incultas, largas proporções das pastagens e das matas.

² Cf *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social*, Presidência da República, 1963, pg. 138.

³ *Ibid*, pp. 138, 139 e 140.

⁴ *Revista Brasileira de Economia*, março de 1962.

Desemprego

O desemprego é outro problema da maior importância para a agricultura brasileira. A deficiência de dados a respeito do nível emprego no Brasil é notória.

Mas não são necessários dados estatísticos para comprovar a existência de desemprego. Basta observar a extensão da migração que ocorre no Brasil. O nordestino não vai para o Sul simplesmente porque ali os salários são melhores, mas principalmente porque ali há oportunidade efetiva de trabalho, enquanto no Nordeste verifica-se o fenômeno que já foi chamado de “socialização da miséria”. Só há trabalho para uma família, mas como existem duas famílias necessitando trabalhar, dá-se emprego para ambas. Como só existia trabalho para uma família, e, portanto, como apenas o trabalho que uma família poderia executar é realizado, os salários e outras rendas recebidas pelas famílias é correspondente, mas terá que ser dividido entre as duas famílias. Este é o caso típico de desemprego disfarçado ou subemprego. Aquelas famílias estão realmente apenas parcialmente empregadas. Trabalham pouco porque realmente não há oportunidade para trabalhar mais.

Além do desemprego disfarçado, temos o desemprego aberto. Embora não tenhamos dados diretos a esse respeito, podemos inferir a sua existência através da seguinte informação, que nos é fornecida pelo Censo de 1950: 62% do pessoal ocupado na agricultura, exclusive parceiros, eram empregados em trabalhos temporários. Isto quer dizer que giravam de fazenda em fazenda, só conseguindo trabalho nas épocas de safra.

Transferência de Renda

A transferência para os intermediários, de larga parcela da renda da agricultura que deveria pertencer aos produtores, é uma das questões mais constantemente citadas por todos aqueles que analisam os problemas agrícolas brasileiro. Dois fenômenos correlatos devem ser aqui citados. De um lado temos o simples caso da existência de intermediários em excesso, interpondo-se entre o produtor e o consumidor, resultando deste fato uma grande diferença entre o preço recebido pelo agricultor e o preço pago pelo consumidor. De outro, temos intermediários em pequeno número, mas em condições de manipular o mercado, de forma a obter lucros extraordinários. Como no primeiro caso, o resultado é um preço muito mais alto exigido do consumidor do que aquele pago ao produtor. Em relação a este segundo fenômeno, o caso do algodão é o mais típico no Brasil. O mercado do algodão é manipulado por um pequeno número de grandes empresas, capazes inclusive de controlar indiretamente as cotações da Bolsa. Quando se verifica a safra, estas grandes firmas reduzem suas compras, de forma

que o preço do algodão cai. Compram, então, o algodão, para vendê-lo por preços mais do que compensadores no mercado interno e internacional.

Essa transferência aos intermediários de parcela da renda que deveria caber aos agricultores, somada aos cinco problemas da agricultura brasileira por nós citados – a produção deficiente, a baixa produtividade, as distorções na utilização da terra, a existência de extensas áreas de terras não cultivadas e o desemprego – resultam na miséria do trabalhador rural brasileiro, em sua baixa renda, em seus salários insuficientes (no Nordeste é salário do trabalhador rural e frequentemente apenas uma pequena parcela, um terço ou um quarto, do salário mínimo legalmente estabelecido para a região), em seu analfabetismo, em sua desnutrição, na fome mesmo, nos índices elevadíssimos de mortalidade infantil, no curto tempo médio de duração da vida. Resultam, enfim, em condições de existência incompatíveis com a natureza humana, que contrariam frontalmente as exigências de bem estar, liberdade efetiva e igualdade de oportunidades, próprias da sociedade moderna.

Causas

Os seis problemas que acabamos de analisar sumariamente possuem causas que podem ser definidas com relativa precisão. Estas causas são (a) econômicas, (b) técnicas, (c) políticas e (d) estruturais.

Causas técnicas, econômicas e políticas

Reunimos os três primeiros tipos de causas em um único subtítulo, não porque não lhe demos importância, mas porque são causas óbvias, sobre as quais não pretendemos nos estender. Além disso, a possibilidade de intervenção humana nesses setores, embora perfeitamente possível, só pode ser feita aos poucos, à medida que haja recursos econômicos, que os conhecimentos técnicos sejam desenvolvidos e difundidos, e que o equilíbrio de forças políticas evolua e se modifique, enquanto no setor estrutural há uma possibilidade de intervenção de efeitos mais imediatos, através de produtos de reforma agrária.

As causas econômicas têm como ponto central a deficiência de capital que prevalece no Brasil. A agricultura moderna exige investimentos de grande monta. Não se trata apenas da mecanização agrícola. O agricultor necessita de capitais para preparar a terra inculta, para que ela seja arada, adubada, semeada e eventualmente irrigada; de capitais para construir armazéns e silos em sua propriedade, para comprar sementes, para financiar os salários e demais despesas até que a receita da safra seja recebida. O governo, por sua vez, tem necessidade de capitais para, entre outras finalidades, construir estradas, para produzir

energia, e, juntamente com as entidades bancárias particulares, financiar a produção e mercantilização dos produtos agrícolas. A falta de capitais, entretanto, limita o atendimento dessas necessidades. O número de tratores por área cultivada existente no Brasil, por exemplo, é ainda incrivelmente inferior ao existente nos Estados Unidos. Tem-se verificado, entretanto, grandes progressos nesse campo. Em 1951 tínhamos apenas 8,372 tratores no Brasil, enquanto que em 1962, segundo o Instituto Brasileiro de Cadastro, esse número elevava-se a 87,001. E as perspectivas para o futuro são boas, devido à existência de uma indústria de tratores recentemente instalada no país. As possibilidades de intervenção humana para a solução das causas econômicas, porém, permanecem confinadas às possibilidades de investimentos. E não se conhecem soluções rápidas para essa dificuldade.

As causas técnicas ou culturais derivam, de um lado, das limitações dos conhecimentos agrícolas; de outro, da pouca difusão dos mesmos. O limitado desenvolvimento das técnicas de cultivo, com vistas às características do solo e do clima brasileiro, e o conhecimento ainda reduzido das características do solo e sub-solo dificultam o crescimento da agricultura brasileira. No Nordeste, por exemplo, acredita-se que um dos meios de resolver o problema da falta de água seria a abertura de poços artesianos, da mesma forma que foi feito em Israel. O sub-solo do Nordeste, entretanto, apresenta dificuldades muito maiores do que as verificadas em Israel para a descoberta de água. Só amplas pesquisas geológicas prévias poderiam resolver o problema.

O problema da difusão dos conhecimentos técnicos é mais grave. Embora incompletos, esses conhecimentos existem; cumpre difundi-los, através da educação e da assistência técnica. No Brasil estão sendo feitos esforços nesse sentido, mas a solução do problema não pode ocorrer a curto prazo. Verifica-se aqui, como em muitos outros setores da economia dos países subdesenvolvidos, o processo de causação circular de que nos fala Gunnar Myrdal.⁵ O trabalhador rural, pobre e analfabeto, não consegue ele próprio aprender, nem pode mandar seus filhos à escola, quando esta existe. Dessa forma, eles não desenvolvem suas técnicas de cultivo, permanecendo pobres. Fecha-se assim o círculo. O rompimento do mesmo é possível graças a condições muito favoráveis do mercado ou à intervenção planejada do Governo. No Sul do país, tal rompimento tem se verificado. Mas no Nordeste o problema continua presente.

As causas políticas dizem respeito ao desequilíbrio de forças existentes entre os pequenos proprietários, os meeiros, parceiros, foreiros, e os empregados assalariados de um lado, e os médios e grandes proprietários de outro.

⁵ Gunnar Myrdal, "Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas", Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

Os primeiros, sendo em sua maioria analfabetos, não possuem sequer o direito de participar da vida política do país através do exercício do voto, e não têm ainda condições para se organizarem e se constituírem em grupo de pressão política. Só recentemente os primeiros esforços nesse sentido têm sido realizados. Enquanto isso, os médios e grandes proprietários controlam direta ou indiretamente grande parte da imprensa brasileira, têm direta influência nos resultados das eleições, mantém relações pessoais com os políticos no poder, e são suficientemente organizados para se constituírem em forte grupo de pressão. Resulta desse desequilíbrio uma imensa barreira à introdução de reformas que atinjam os interesses dos grandes proprietários – reformas que procurem intervir e sanar as causas estruturais dos problemas da agricultura brasileira, as quais vamos estudar em seguida.

Causas Estruturais

Temos dois tipos de causas estruturais; a estrutura da propriedade e a estrutura do comércio de produtos agrícolas. A primeira é de longe a mais importante. Veremos que ela se relaciona com praticamente todos aqueles problemas básicos da agricultura brasileira que citamos anteriormente – com a produção insuficiente, com a baixa produtividade, com as distorções da utilização da terra, com a existência de terras não aproveitadas, com o desemprego –, enquanto que a estrutura do comércio vai ser causa do sexto problema que citamos: a transferência indevida de renda dos agricultores para os produtores.

Em que medida a estrutura da propriedade rural influencia a produtividade da agricultura? Não há respostas definitivas para esta pergunta, mas, sem dúvida, o quadro III é muito esclarecedor a respeito. Verificamos por esse quadro que a mesma é extraordinariamente desequilibrada no Brasil. Parece legítimo afirmar que os estabelecimentos rurais com áreas inferiores a 10 hectares constituem-se em minifúndios típicos, não apresentando condições mínimas para uma exploração agrícola eficiente. E, no entanto, segundo o Censo de 1950, 34.5% dos estabelecimentos rurais estavam nessas condições. O Plano Trienal observa que, em vista de as terras brasileiras não serem naturalmente férteis, “não parece provável que se consigam resultados medianamente satisfatórios em termos de renda e de produtividade em estabelecimentos com uma disponibilidade de terra inferior a 50 hectares”.⁶ Ora, em 1950, e nada indica que esta situação tenha se modificado consideravelmente depois dessa época, 74.8% das propriedades, as quais correspondiam a 10% da área total do país, possuíam uma extensão de terra inferior a 50 hectares. Por outro lado, acima de 10.000 hectares estamos nitidamente no setor do latifúndio. Propriedades rurais com essas dimensões dificilmente poderão ser exploradas produtivamente, mesmo quando usadas para

⁶ *Plano Trienal, op. Cit.*, pg. 141.

culturas extensivas. E, no entanto, 0.1% das propriedades, cobrindo um 19.4% da área do país, estavam nessas condições.

Quadro III

Estrutura da Propriedade Rural no Brasil (%)

Grupos de área	Estabelecimentos	Área ocupada pelos estabelecimentos
Menos de 10 ha	34.5	1.3
De 10 a menos de 20 ha	16.7	2.1
De 20 a menos de 50 ha	23.6	6.6
De 50 a menos de 100 ha	10.6	6.6
De 100 a menos de 500 ha	11.2	21.3
De 500 a menos de 1,000 ha	1.8	11.3
De 1,000 a menos de 10,000 ha	1.5	31.4
De 10,000 ha e mais	0.1	19.4
Total	100.0	100.0

Fonte: Censo de 1950.

O quadro IV também nos apresenta informações interessantes sobre as relações de causa e efeito entre a estrutura da propriedade rural e a produtividade da terra. Sabemos que a produtividade agrícola é função, em grande parte, dos investimentos realizados em veículos, máquinas agrícolas e construções. Quanto maiores forem os investimentos, maior tenderá a ser a produtividade. Ora, o que revela o Censo de 1950 é que quanto maiores as propriedades, menor tende a ser a percentagem do investimento total realizada nessas propriedades. Observe-se que estamos falando em percentagem dos investimentos, e não em investimentos em termos absolutos. Assim, nas propriedades com menos de 50 hectares, que cobrem apenas 10% da área total dos estabelecimentos agrícolas, temos 39.4% dos investimentos em construções, 38.9% dos investimentos em veículos e animais de tração, 30.1% dos investimentos em máquinas e instrumentos agrícolas, e 26.1% dos investimentos em outras máquinas, enquanto nas propriedades de mais de 1,000 hectares, que cobrem uma área 5 vezes maior (50.8% da área total), temos apenas, respectivamente 14.6%, 13.6%, 23.0% e 22.0%. As propriedades de 50 a menos de 100 hectares ainda apresentam uma proporção maior de investimento em relação à sua área, enquanto que as propriedades de 100 hectares a menos de 1,000 apresentam uma relação mais ou menos equilibrada entre a área total que cobrem e a percentagem de investimentos que contém.

Vemos, portanto, por esta rápida análise, que a estrutura da propriedade agrícola tem direta influência na produtividade da agricultura. Partindo da hipótese de que em geral os estabelecimentos agrícolas, para alcançarem boa produtividade, não devem ser menores do que 50 hectares e maiores do que 1,000 hectares – hipótese essa conservadora, dada a latitude do intervalo entre os dois limites – temos que 76,6% dos estabelecimentos agrícolas brasileiros e 60.8% de toda a área coberta por estabelecimentos agrícolas no país estão fora desses limites, conforme se pode verificar pelo Quadro III. Através do Quadro IV podemos observar a deficiência de investimentos que se verifica nas propriedades de grande extensão.

As relações entre a estrutura agrária e a existência de extensas áreas não cultivadas são também claras. Vimos que uma larga porção da área total dos estabelecimentos agrícolas é coberta por “matas” e “pastagens”. Esta é realmente uma forma eufêmica de dizer que a maior parte dessas terras não são aproveitadas economicamente. Não precisamos de tanto pasto para nosso gado, nem de tantas matas para o equilíbrio de nosso clima, o fornecimento de madeira. Ora, pelo Quadro V verificamos que quanto maiores as propriedades agrícolas, mais tendem elas a serem cobertas por pastagens, matas e terras incultas propriamente ditas. É claro que não podemos dizer que apenas 0.7% das terras das propriedades acima de 10,000 hectares ou 2.8% da área dos estabelecimentos acima de 1,000 hectares são economicamente aproveitadas (estas são as áreas cobertas por lavouras). Mas que não cremos que essas porcentagens sejam muito maiores, comparáveis àquelas verificadas nas propriedades médias e pequenas.

Quatro IV

Distribuição dos Investimentos e Área Ocupada (%)

Especificação	Grupos de propriedades					
	De menos de 50	De 50 a menos de 100	De 100 a menos de 500	De 500 a menos de 1,000	De 1,000 a mais	Total
Área ocupada pelos estabelecimentos	10	6.6	21.3	11.3	50.8	100.0
Investimentos:						
a) Construções	39.4	12.6	24.8	8.6	14.6	100.0
b) Veículos e animais de tração	38.9	13.5	25.7	8.3	13.6	100.0
c) Máquinas e instrumentos agrícolas	30.1	10.4	25.0	11.5	23.0	100.0
d) Outras máquinas	26.1	12.2	27.9	11.8	22.0	100.0

Fonte: Celso de 1950

A baixa utilização das terras das grandes propriedades pode também ser comprovada pela comparação entre a área total que ela ocupa e o número de pessoas que emprega, que apresentamos no Quadro VI. A desproporção é imensa. Enquanto que as propriedades com menos de 100 hectares, que ocupam apenas 1.3% da área total, empregam 22.6% do pessoal ocupado na agricultura, os estabelecimentos com mais de 1,000 hectares, que ocupam 50.5% da área, empregam apenas 6.7% do pessoal ocupado. Os dados desse quadro, aliás, ilustram também a relação existente entre a estrutura agrária e o problema do desemprego e do subemprego rural. De um lado temos um grande número de minifúndios com excesso de pessoal, dando causa ao subemprego, ou ao desemprego disfarçado. De outro lado temos estabelecimentos agrícolas imensos, verdadeiros latifúndios, que não oferecem oportunidade de trabalho a quem necessita de emprego, embora nelas as terras produtivas mas incultas sejam abundantes.

As distorções na utilização das terras estão também relacionadas com a estrutura agrária. A subutilização de imensas extensões de terras com pastagens já vimos que é própria das grandes propriedades. Outra distorção típica é a utilização de terras nos grandes estabelecimentos par o cultivo de culturas agrícolas de exportação ou de matérias-primas para a indústria, em condições de produtividade muito baixa, impedindo que se produzam alimentos no local. É o que ocorreu na Zona da Mata, no Nordeste, com a cana de açúcar. Os usineiros daquela região, apesar da baixa produtividade da cana, utilizam todas as suas terras para o seu cultivo, porque a isto estão acostumados, porque o governo

Quadro V

Utilização das terras nas propriedades agrícolas (%)

Grupos de Áreas	Utilização			
	Lavouras	Pastagens	Matas	Incultas
Menos de 10 ha.	56.3	15.0	5.3	16.9
De 10 a menos de 20	38.5	21.8	11.8	21.2
De 20 a menos de 50	27.0	26.2	16.6	23.5
De 50 a menos de 100	17.3	34.6	17.8	23.3
De 100 a menos de 500	9.8	45.9	18.1	18.9
De 500 a menos de 1,000	5.8	52.1	19.5	15.3
De 1,000 a menos de 10,000	2.8	56.8	22.0	11.7
De 10,000 e mais	0.7	42.2	44.1	8.1
Total Geral*	8.2	46.4	24.1	14.8

* Exclusive terras improdutivas.

Fonte: *Plano Trienal*

Federal acaba sempre por garantir a colocação da produção, e, principalmente, porque a extensão de suas fazendas não se coaduna com a produção de produtos alimentícios de consumo local para os quais há ampla procura.

Quadro VI

Empregados agrícolas e área ocupada (%)

Grupos de Propriedades	Empregados	Área ocupada pelos estabelecimentos
Menos de 10 ha.	22.6	1.3
De 10 a menos de 20	13.1	2.1
De 20 a menos de 50	21.5	6.6
De 50 a menos de 100	12.2	6.6
De 100 a menos de 500	18.8	21.3
De 500 a menos de 1,000	5.1	11.3
De 1,000 a menos de 10,000	5.9	31.4
De 10,000 e mais	0.8	19.4
Total	100.0	100.0

Fonte: Censo de 1950.

Verificamos, portanto, que a estrutura agrária brasileira relaciona-se com os principais problemas da agricultura do país, constituindo-se em uma das principais causas da baixa produtividade, da existência de amplas extensões de terras não aproveitadas, do desemprego e do uso distorcivo da terra. Estes problemas constituem-se, por sua vez, causa da produção insuficiente e, afinal, do nível de vida inferior do trabalhador do campo.

Deixamos de relacionar apenas um problema com a estrutura agrária do país: o da transferência de parte da renda devido à agricultura aos intermediários. Tal problema tem por origem, de um lado, a fraqueza econômica dos produtores, que não possuem armazéns e silos, que não possuem capital para poder guardar sua produção e vendê-la apenas no momento propício; e, de outro, na estrutura inadequada do comércio de produtos agrícolas. Esta estrutura é inadequada porque dominada pelos cartéis. A legislação anti-truste foi apenas recentemente aprovada no Brasil, e até o momento não se pode dizer que tenha sido posta em execução. Dessa forma, os acordos entre os intermediários para manipular os preços são freqüentes, deixando os produtores indefesos.

Analizamos os principais problemas da agricultura brasileira e procuramos definir suas causas, entre as quais salientamos as de ordem estrutural por duas razões: porque, devido ao fato de envolverem interesses consideráveis elas estão sendo sempre sujeitas à controvérsia, e porque as deficiências da estrutura agrária podem ser resolvidas em um prazo mais curto do que as causas econômicas, técnicas e políticas, através de um programa de reforma agrária. É claro que a tentativa de atacar apenas as causas estruturais, deixando de lado as demais causas, redundará em fracasso. Mas também não obteremos resultados palpáveis se quisermos resolver os problemas da agricultura brasileira simplesmente investindo e difundindo os conhecimentos técnicos, sem, ao mesmo tempo, procurar modificar a estrutura agrária do país. A discussão que antecedeu indica com clareza a necessidade de uma reforma agrária, que distribua mais racional e equitativamente a terra. Tal reforma, entretanto, só será útil se for acompanhada de um programa de investimentos, financiamentos e assistência técnica aos novos proprietários, que seja realmente efetivo.